
O EMPODERAMENTO E A IDENTIDADE FEMININA: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE MULHERES GRADUADAS EM DIREITO

Empowerment and women's identity: an analysis of narratives of law graduated women

Aline Fernandes Melo¹, Juliana Sequeira Borges Costa¹

¹Centro Universitário de Lavras- Lavras-MG, Brasil.

RESUMO

No trabalho realizado, nos preocupamos com a seguinte questão: como (e se) o curso de Direito contribui para o empoderamento e a ressignificação da identidade feminina? Para isso traçamos como objetivo geral: identificar se e como o curso de Direito é um propulsor para o empoderamento e a ressignificação da identidade da mulher; e como objetivos específicos: conhecer como se deu o percurso de formação dessas operadoras do Direito; comparar as narrativas de graduadas das décadas entre 1970 e 2000, a fim de verificar se o que a literatura descreve sobre empoderamento, reflete no discurso das participantes; relatar narrativas que compõem as histórias, subjetividades e memórias dessas mulheres; refletir quanto às dificuldades, aos enfrentamentos e/ou outros vieses que podem ter possibilitado uma transformação. Assim, foi lançado mão da pesquisa narrativa com objetivos exploratórios, com abordagem qualitativa, procedimento de coleta a entrevista semiestruturada, e análise textual discursiva. Os resultados obtidos no presente trabalho demonstram que a carreira das profissionais operadoras do Direito é marcada por desafios impostos pela sociedade devido à sua identidade de gênero, assim como nutre argumentos, os quais podem compor um arcabouço teórico, no estado da arte e dos estudos sobre o espaço da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Identidades. Subjetividade. Poder feminino.

ABSTRACT

In work developed, we were concerned with the following question: how (and if) does the Law course contribute to the empowerment and female identity resignification? For this, we outline as general objective: to identify if and how the Law course is a propellant for the empowerment and woman's identity resignification; and as specific objectives: to know how the formation course took the place of these operators in the Law area; to compare the narratives of graduates between the '70s and '2000s, in order to verify if what the literature describes empowerment reflects in the participants' discourse; to report narratives that make up the stories, subjectivities, and memories of these women; to reflect about difficulties, confrontations and other biases that may have enabled a transformation. Thus, we will use narrative research with exploratory objectives, a qualitative approach, a semi-structured interview collection procedure, and discursive textual analysis. The results obtained in this work demonstrate that imposed challenges mark the Law professional workers career by society due to their gender identity and the arguments, which can compose a theoretical framework in the art state and studies on women's space in society.

Keywords: Identities. Subjectivity. Female power.

Introdução

*Estou muito ligada ao meu passado, no entanto vivo muito no presente, e vivo também no futuro e nos projetos. Mas, os objetivos e as **memórias** são duas coisas muito diferentes, julgo eu, porque os objetivos quando acabam por se comprar é para salvar o presente, com a ideia de que mais tarde são as recordações que se conservam, logo, em certo sentido, é projeto de compra de um objeto, enquanto que as **memórias**, é totalmente diferente...*

Simone de Beauvoir

As sociedades, ao longo da história, estabeleceram um nível de inferioridade e submissão da mulher em relação ao homem, não somente no campo doméstico, no direito familiar, mas no âmbito público, como, por exemplo, no mercado de trabalho, por meio da remuneração inferior à alcançada pelos homens no desenvolvimento de atividades parecidas ou da dupla jornada de trabalho. Tudo isso baseado em leis discriminatórias e exclusivas que serviam de instrumento de consolidação da desigualdade e assimetria na relação entre homens e mulheres.

A discriminação também foi reconhecida nos espaços públicos e privados de poder que demonstravam a acanhada participação política das mulheres, quase sempre limitada ou proibida. Também nos movimentos de direitos humanos ignoravam, inicialmente, as bandeiras de luta do feminismo a favor da participação política, igualdade no mercado de trabalho, educação, aborto e sexualidade das mulheres, dentre tantas outras reivindicações.

Durante muito tempo, os direitos humanos abordaram a questão das mulheres de forma acessória, como se seus direitos, lutas e conquistas estivessem ligados aos direitos do homem. O homem branco sempre foi o paradigma dos direitos humanos de toda a humanidade, como se não existissem outros paradigmas ou setores sociais mais vulneráveis, como as mulheres, crianças, idosos, negros, índios, imigrantes, homossexuais, transgêneros, transexuais, pessoas com deficiência.

Nesse contexto, o empoderamento e a identidade feminina das mulheres graduadas em Direito é um tema que proporcionará reflexões quanto às suas angústias e conquistas. Assim como, dar voz às suas narrativas contribuirá para maior visibilidade ao momento de projeção pelo qual a mulher está passando, da mesma maneira reforçará a conquista de seu espaço na sociedade.

Portanto, torna-se relevante investigar se e como **o curso de Direito contribui para o empoderamento e a ressignificação da identidade feminina**. Por meio das narrativas das participantes, nos foi possível a reflexão quanto às dificuldades, aos enfrentamentos e/ou outros vieses que as possibilitaram passar por uma transformação. Compartilhar essas narrativas é uma forma de dar um retorno à sociedade quanto à confiança depositada em profissionais operadoras do Direito, assim como poderá ser um material de leitura para mulheres, envolvidas em outras áreas de formação, se reconhecerem, confrontarem ou se inspirarem em outras histórias.

Assim, teve-se como objetivos identificar se e como o curso de Direito é um propulsor para o empoderamento e a ressignificação da identidade da mulher; e como objetivos específicos: conhecer como se deu o percurso de formação dessas operadoras

do Direito; comparar as narrativas de graduadas das décadas de 90 e 2000, pois encontramos dificuldades em encontrar graduadas das décadas de 70 e 80, a fim de verificar se o que a literatura descreve sobre empoderamento, reflete no discurso das participantes; relatar narrativas que compõem as histórias, subjetividades e memórias dessas mulheres; refletir quanto às dificuldades, aos enfrentamentos e outros vieses que podem ter possibilitado uma transformação.

Os principais aportes teóricos se pautaram em conceitos de identidade e empoderamento. Para o conceito de identidade foi usado como base os estudos de a) Stuart Hall, do livro: *A identidade cultural na pós-modernidade*; b) e o artigo de Josênia Antunes Vieira: *A identidade da mulher na modernidade*; c) e sobre o empoderamento, os estudos de Simone de Beauvoir, no livro: *O Segundo Sexo*; d) além da publicação desenvolvida em conjunto pela ONU Mulheres do Brasil e a rede brasileira do Pacto Global, baseada na cartilha oficial global dos princípios de empoderamento das mulheres. A análise dos dados também foi fundamentada nesses conceitos.

Metodologia

Esta é uma pesquisa narrativa, com objetivos exploratórios, de abordagem qualitativa e procedimento de entrevista. Importante salientar que para a utilização da metodologia escolhida, análise de narrativas, o projeto passou por avaliação do comitê de ética.

Trata-se de uma pesquisa narrativa, na qual foram selecionadas duas participantes de acordo com sua idade, ano e área de formação, pois nos interessava, também, salientar as narrativas de mulheres que se formaram em Direito nas décadas entre 1970 e 2000 como forma de articular, durante o momento de análise, o que a literatura traz sobre o empoderamento das mulheres nos últimos anos e o que essas relatam sobre esse conceito, uma vez que a nossa hipótese tinha natureza de associação entre as variáveis: Curso de Direito e empoderamento feminino. Os anos de formação (graduação) foram divididos levando em consideração o surgimento do conceito de empoderamento feminino.

Como citado em textos anteriores, o instrumento para coleta de dados foi a entrevista oral semiestruturada, pois o nosso interesse perpassa em saber as histórias dos participantes e por ser esse um instrumento adequado para acesso aos dados em pesquisas narrativas. A entrevista foi guiada pelas seguintes perguntas norteadoras: “Como se deu seu trajeto na educação básica? Quais as influências teve para a escolha do curso? Em que ano se formou em Direito? Qual a área específica de atuação e há quanto tempo está nela? O que é ser mulher, e o que é ser mulher no âmbito jurídico? Como as relações de gênero se dão em seu âmbito de trabalho? Como você se sentia durante a graduação e nos primeiros anos de atuação profissional? Quais professores mais te marcaram positiva ou negativamente? Como se sente atualmente como uma mulher na sua profissão? No século XX os direitos civis e a cidadania formal foram reconhecidos. Essa emancipação jurídica resolve os problemas referentes às questões da posição da mulher em âmbitos jurídicos?” Entretanto, as participantes puderam explicar sobre o assunto de acordo com suas necessidades.

As entrevistas ocorreram no início do ano de 2020 e foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise foi feita a partir de conceitos da análise interpretativa. Essa abordagem de análise organiza-se em etapas, dentre elas a relação

entre as ideias expostas no texto com outras ideias semelhantes que surgiram a partir de outra abordagem, bem como a crítica pessoal.

A análise interpretativa é evidentemente útil nos estudos em que se faz necessário a análise de determinados pontos, uma vez que através da interpretação permite-se “situar o texto no contexto da vida e da obra do autor, assim como no contexto da cultura de sua especialidade, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista teórico” (SEVERINO, 2007, p. 65), bem como “aproximar e associar ideias do autor expressas na unidade com outras ideias relacionadas à mesma temática; exercer uma atitude crítica diante das posições do autor” (SEVERINO, 2007, p. 65).

Essa metodologia é recomendada por lhe proporcionar, de acordo com Antônio Joaquim Severino (2007), uma análise crítica quanto à coerência interna de argumentação, validade dos argumentos empregados, originalidade do tratamento dado ao problema, profundidade de análise ao tema, alcance de suas conclusões e consequências e, como dito anteriormente apreciação e juízo pessoal das ideias defendidas.

Resultados

As duas participantes da pesquisa em questão, como mencionado anteriormente, são mulheres graduadas em direito tendo completado o ensino superior nas décadas de 1990 e 2000. Apesar de terem algumas semelhanças, como atuar na área acadêmica ou advogar, o critério utilizado para a escolha das entrevistadas, de acordo com conhecimento prévio, foi a diferença de personalidade, de ideais, de opiniões e vivências.

Uma das escolhidas, advogada criminalista e professora, é extremamente ativa em suas atividades e ocupações. Hoje ocupa o posto de coordenadora de um estimado curso de Direito onde começou a lecionar.

Assim como um perfil anteriormente citado, essa outra jurista também atua na área acadêmica em duas faculdades e em um renomado escritório de advocacia de sua cidade. Já ocupou o cargo de presidente da OAB de sua cidade de atuação e se mantém ativa nas questões extraprofissionais que envolvam o Direito.

Para que a hipótese levantada na pesquisa em questão fosse comprovada, alguns questionamentos foram abordados com as entrevistadas. Sendo assim, ao longo desse texto, os dados coletados desses questionamentos serão analisados com base nos estudos previamente realizados. Vale ressaltar que, em regra, a escolha das entrevistadas foi baseada de acordo com o seu ano de formação, para ser compatível com o recorte realizado inicialmente pela proposta de pesquisa. Entretanto, na execução da entrevista, houve dificuldades em encontrar mulheres que se adequassem ao recorte realizado.

Apesar das dificuldades enfrentadas na execução do projeto, pôde-se tirar interessantes conclusões deste. A primeira delas é que o livro escrito por Simone de Beauvoir, publicado inicialmente no ano de 1949, no qual faz uma análise do feminino no contexto em que vivia, se aplica e reflete o contexto vivido pelas mulheres na atualidade.

Outro interessante ponto, é que mesmo que as entrevistadas não tenham tanto conhecimento quanto às nomenclaturas de gênero e sexualidade, ou que não tenham lido livros que abordam esses temas, como por exemplo “O Segundo Sexo”, as vivências dessas mulheres fazem com que seus discursos conversem diretamente com os discursos abordados nesses textos. O desejo da mulher apresentado por Simone, bem

como as críticas ao feminismo feitas por Josênia em seu texto, são provas de que a mentalidade das entrevistadas está de acordo com os pensamentos de autores que se aprofundaram no assunto.

Vale ressaltar que existem momentos em que o senso comum aparece na fala das mulheres que fizeram parte da entrevista. Entretanto, como visto anteriormente, como a identidade e a mentalidade de uma pessoa é fruto de uma construção social, no qual se leva muito a sério a opinião e fala do outro, é difícil sair desse comum para pensar coisas que as vezes seriam totalmente contrárias ao pensamento que está presente em suas vidas desde o momento em que nasceram.

Discussão

De acordo com o que foi relatado pelas entrevistadas, todas tiveram um ensino básico completo e regular. Uma das entrevistadas inclusive acrescentou dizendo que teve muitos estímulos de casa, principalmente por parte da mãe, para que estudasse e se tornasse independente. Em determinado momento disse: “A minha mãe não estudou, então o maior sonho dela era que eu não dependesse de marido, era a frase que ela sempre me dizia: ‘então cê vai estudar, você vai sair da cidade, você vai ir embora, porque eu não quero ver você dependendo de marido’. Então ela, como ela não teve oportunidade de estudar ela sempre incentivou muito”.

Este trecho em questão tem ligação direta com um fragmento do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, no qual a autora afirma que devido ao patriarcado, a mulher, nos séculos passados, era considerada patrimônio, primeiro de seu pai e depois de seu marido (BEAUVOIR, 1970). Entretanto, o que uma constatação de séculos passados teria a ver com a vivência contemporânea que a entrevistada nos apresenta? Simone, algumas páginas à frente, explica este fato. A autora afirma que a evolução da condição feminina não se deu de maneira linear e contínua, mas entre “idas e vindas” de conquistas das mulheres (BEAUVOIR, 1970). Portanto, analisando o cenário apresentado pela entrevistada, percebe-se que sua mãe viveu em uma época diferente dos séculos passados, mas uma época em que o patriarcado estava enraizado, na qual boa parte das mulheres eram sustentadas por seus pais e depois por seus maridos. Diante disso, entende-se que a sua fala demonstra um incentivo à filha para que rompa esse ciclo vicioso do patriarcado.

A outra entrevistada afirma que seu caminho na educação básica se iniciou no ensino público. Acrescentou dizendo que como não havia programas de incentivo do governo para o ensino superior, como atualmente temos o FIES, PRONI, entre outros, teve que trabalhar para sustentar seus estudos. Vale ressaltar que, no texto de Kaizô e José Eustáquio, “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”, pode-se perceber que até o século XIX a educação que a mulher recebia era uma educação primária, voltada para um conteúdo moral e social que fortalecia os papéis da mulher como esposa e mãe (BELTRÃO;ALVES, 2009). Foi somente no século XX em que as mulheres conseguiram ser mais presentes no ensino superior e, conseqüentemente, na graduação do curso de Direito, conforme visto no texto de Maria José de Carvalho, “Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores”, o qual relata que em 1956, 18 mulheres

graduaram no curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife (CARVALHO, 2017).

Entre as entrevistadas, o que parece contrastar é o incentivo da família para dar continuidade aos estudos e ingressar no ensino superior. Uma delas alegou que, por ser do interior, como as mulheres da época, inclusive em sua casa, eram criadas para o casamento e procriação, elas não eram destinadas ao ensino superior, sendo isso um privilégio de poucas. Em contrapartida, como já visto, outra teve incentivo familiar, principalmente da sua mãe.

Esse trecho da entrevista representa uma mentalidade também analisada por Beauvoir. Como visto anteriormente, Simone denuncia que os costumes da época, que aparentemente perduraram, pelo menos, até a juventude da entrevistada citada acima, não davam as mesmas possibilidades entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970). Em uma parte específica de seu texto, a autora completa dizendo que tudo encoraja a mulher a esperar um “príncipe encantado”, que lhe sustente e lhe proporcione felicidade, pois caso tentasse viver sozinha, ela teria uma série de enfrentamentos e incertezas de conquistar algo (BEAUVOIR, 1970).

Portanto, entende-se que a família, ao querer que a entrevistada estivesse pronta para se casar, ao invés de seguir com sua carreira acadêmica e ingressar no ensino superior, estava reproduzindo essa mentalidade que perdura na sociedade por anos.

Interessante fato ocorreu quando perguntadas sobre o que as influenciou a escolher o curso de Direito, as entrevistadas responderam referências masculinas. Uma das entrevistadas teve um tio delegado de polícia a quem tinha grande admiração. Alegou que inicialmente não associava a profissão de delegado com o curso de direito, sendo a carreira em questão sua primeira aspiração. Outra entrevistada afirmou que o curso de Direito não era sua primeira opção, mas, assim como o irmão, foi influenciada pelo pai, que à época era advogado, a ingressar nesse curso superior específico.

A questão de as pessoas que foram suas influências e inspirações, para a escolha do curso ou profissão, serem do sexo masculino está ligada ao fato de que o sexo masculino é parte fundamental na construção da identidade das mulheres. Em seu texto, “A Identidade da Mulher na Modernidade”, Josênia Vieira conclui que “o sexo masculino é responsável direto pela formação discursiva da identidade da mulher” (VIEIRA, 2005, p. 235). Portanto, como a fala e o discurso masculino interferem tanto na construção da identidade da mulher, talvez tenha sido este um fator essencial para as entrevistadas se espelharem e serem influenciadas por homens.

Outra questão que foi pontuada nas entrevistas dizia respeito sobre a recepção dessas mulheres no ambiente jurídico e se já tiveram algum enfrentamento ao longo da carreira profissional. Uma das entrevistadas, que tem sua especialização no ramo do Direito Criminal, afirmou ter se sentido recepcionada de maneira preconceituosa e disse que: “a gente consegue atuar nessa área, com um pouco de preconceito. Primeiro por se tratar de mulher, segundo pela área específica”. Também lembrou de um enfrentamento que teve, logo em um dos primeiros anos de atuação, com um homem, que trabalhava indiretamente com a entrevistada, que a tratou de maneira desrespeitosa, tanto por ser mulher, quanto por ser advogada. Completou dizendo que nesse momento havia percebido que a escolha que fizera não seria fácil.

Essa última fala da entrevistada, novamente, se relaciona com o pensamento de Beauvoir, quando fala das dificuldades da vida das mulheres que escolhem sair do padrão do costume, conforme ressaltado acima nesse texto.

Apesar dessa entrevistada ter citado que passou por enfrentamentos, em momento nenhum ela relatou com detalhes o que ocorreu, nem o que o promotor falou que a desrespeitou, ou se houve alguma forma de enfrentamento que não verbal. Qual seria o fator por trás da não exposição dos fatos? Seria talvez uma vergonha, ou um medo, ou o fato de não querer expor o outro? Ou simplesmente por, talvez, não estar em um ambiente confortável ou seguro o suficiente para relembrar com detalhes de um episódio desagradável de sua vida?

A entrevistada, cujo pai era advogado e tinha um escritório de advocacia, declarou que teve muitos enfrentamentos. Um dos fatores que alega ter sido contribuinte para os confrontos que teve que lidar foi o fato de ter que assumir o escritório do pai com apenas dois anos de formação, devido à força maior, que foi o falecimento de seu pai. Ela conta que perdeu muitos clientes e acredita que pelo motivo de ser mulher, bem como a inexperiência no ramo, contribuíram para o ocorrido.

As mulheres graduadas em Direito, que fizeram parte da presente pesquisa, definiram o que é ser mulher dentro do senso, que, em partes, se faz comum hoje, mas sob óticas diferentes, e do senso que se fez comum desde a ascensão do patriarcado. O conceito estereotipado de mãe, filha, dona de casa, que, de acordo com Simone de Beauvoir, é influenciado por várias ideologias, dentre elas a ideologia cristã, que sempre honrou a mulher como seio da família, como esposa e mãe, estavam presentes em todas as conceituações. As entrevistadas se divergiam em pequenos detalhes, sendo um deles o fato de uma pessoa acreditar na essência feminina, em sua delicadeza e feminilidade natural, e outra acreditar nos enfrentamentos contra “toda estrutura hoje que a humanidade nos remete” e na luta pelos seus direitos.

Ao fazer uma análise sobre o conceito que uma das entrevistadas apresentou para o que é ser mulher, é importante reforçar o que foi abordado anteriormente, no texto sobre o conceito de identidade e identidade feminina. O autor Stuart Hall, em seu texto “A identidade Cultural na pós- modernidade”, afirma que a identidade não é algo estático, mas sim em construção, ou seja, o sujeito possui diferentes identidades em diferentes momentos de vida (HALL, 2006). Assim como Hall, Vieira (2005), em um trecho de seu texto, afirma que a ideia de que a identidade feminina é completa e total, ou seja, pronta, é uma falácia. Portanto, não existe e nem nunca existiu uma essência feminina.

Quando questionadas sobre o que é ser mulher no âmbito jurídico, as respostas foram diversas, porém com semelhanças. A gratificação por ser uma das únicas mulheres em sua sala de graduação ou mestrado, ou por ser a primeira mulher presidente da OAB de sua cidade, ou por ser uma das primeiras coordenadoras mulher do curso de Direito das faculdades em que trabalham, estão muito presentes nas falas de uma das entrevistadas. Em contrapartida, outra graduada em Direito, que participou da pesquisa, mencionou o incentivo que sua carreira gera na vida de outras mulheres, principalmente das estudantes de Direito que estudam na faculdade em que trabalha.

Este trecho tem direta relação com a proposta da Cartilha da ONU, principalmente com seus sete princípios base. Um dos princípios da cartilha, “promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres”, reflete na vida das entrevistadas no tocante ao desenvolvimento profissional que tiveram, bem como suas conquistas de ocuparem um lugar de liderança e de serem a primeira mulher a ocupar determinado cargo. Entretanto, também reflete na vida das entrevistadas por ambas ocuparem uma função de ser um instrumento de educação e formação profissional de mulheres.

Outro ponto abordado com as entrevistas foi como essas mulheres percebiam as relações de gênero em seu ambiente de trabalho. Uma das entrevistadas se pareceu mais confusa com a pergunta e acabou respondendo a respeito de como homossexuais eram oprimidos e hoje em dia eles podem se expressar mais, bem como manifestou que tem diversos amigos gays. Nesse momento, nota-se que os conceitos, bem como a diferenciação, de gênero e orientação sexual não estão muito claros para todas as pessoas. Como esclarecer esses termos não era o foco do presente trabalho, a colocação dessa entrevistada nos fez pensar na necessidade, então, de abordar, brevemente, esses temas.

Ainda sobre a questão que diz respeito a como se dão as relações de gênero no âmbito de trabalho, outra entrevistada abordou uma experiência, uma vivência interessante. Ocorre que, em seu ambiente de trabalho, ela anteriormente exercia uma função de subordinada, porém atualmente exerce uma função de liderança. Em seu relato, afirma que o mundo ainda é um pouco machista e que sentiu resistência por parte dos homens quando ela ocupou a liderança no ambiente de trabalho, afirmando que: “tive que trabalhar bastante com o mundo um pouco machista pra me aceitar na condição de líder”. Em seu livro, quanto às questões de trabalho, Simone elucida que a mulher que deseja entrar no mercado de trabalho encontra muitas dificuldades, inclusive salariais, tendo em vista que mesmo que exerça a mesma função que um homem, em muitos lugares o seu salário será inferior (BEAUVOIR, 1970). E essas dificuldades são ainda maiores quando a mulher conquista um cargo de liderança, pois existe uma resistência masculina à uma mulher líder.

As entrevistadas, unanimemente, afirmaram que em suas salas na graduação havia poucas mulheres. Uma delas comentou que sua sala era composta por 100 pessoas, dentre elas apenas 15 mulheres, aproximadamente. Uma outra, já conectou essa pergunta na próxima, pois como havia poucas mulheres na sala, ela afirmou que o que a inspirou foi uma professora, que também era juíza. Portanto, uma das entrevistadas apontou uma mulher dentre os professores que a marcaram durante a faculdade. Já outra, que afirmou que teve somente 2 professoras, dentre os, provavelmente, 30 que passaram por sua formação acadêmica, e então apontou um professor que lhe marcou na graduação. O fato desta entrevistada ter apontado um professor, homem, como sua inspiração está diretamente relacionado a duas questões que foram abordadas no presente trabalho, quais sendo, a dificuldade de acesso das mulheres ao ensino superior e a influência do discurso do sexo masculino na construção da identidade feminina. Como discorre Josênia Vieira (2005), o masculino apresenta uma forte influência no ser feminino “pois o poder, representado por esse gênero, é concreto e estabilizado ao longo tempo, de difícil desconstrução e mudança” (VIEIRA, 2005, p. 237). Esses dois fatores, combinados com alguns outros, contribuíram para que a presença de mulheres, que poderiam influenciar outras mulheres, no corpo docente do ensino superior fosse desigual.

Outra questão que as entrevistadas apontaram em concordância foram as dificuldades que viveram no início da carreira profissional. Uma delas comentou que à época, o nome e sobrenome das pessoas pesavam muito e, portanto, afirma que: “depois eu fui construindo a minha carreira com a minha capacidade mesmo e não com o meu sobrenome”. A mesma entrevistada, quando perguntada se fosse um homem em sua posição, se ela acreditaria que seria diferente de alguma forma, não soube responder. Ela diz que se lembra que, à época, eram poucos criminalistas que atuavam na comarca da cidade em que atuava, dentre eles apenas 2 mulheres, e que sempre foram respeitosos. Este fato muito tem a ver com as dificuldades de exercício

da carreira jurídica pelas mulheres. Essas dificuldades podem ocorrer por vários fatores, dentre eles a burocracia e posição social da mulher, que a faz cumprir dupla jornada de trabalho, na qual trabalha fora e cuida de casa e dos filhos.

Assim como a entrevistada, anteriormente citada, a outra entrevistada também percebe dificuldades no início de sua atuação profissional. Para ela, o fato de ser mulher pode não passar tanta confiança, conforme relatado no seguinte trecho “Eu acho que o fato de eu ser mulher perde bastante a confiança por um lado”, porém alguns clientes acreditam que pode gerar uma comoção, principalmente na área do Direito de Família, por parte do juiz. Complementa dizendo que acredita que algumas de suas contratações não ocorreram pelo fato de ser uma profissional competente, mas por ser uma mulher, como afirmado no trecho “eu sei que eu já tive muitas contratações masculinas... não talvez porque eu fosse uma boa profissional e isso me deixa triste”, e, talvez, ajudar no convencimento do juiz por comoção.

As graduadas em Direito também foram questionadas sobre como se sentem sendo uma mulher em sua profissão. Uma das entrevistadas afirma que as coisas poderiam melhorar, pois acredita que ainda existem muita discriminação. Acrescenta dizendo que acredita que a mulher ainda não consegue se destacar tanto quanto os homens se destacam exercendo a mesma função e relata o que acontece em seu escritório pontuando que: “até dentro do meu escritório que eu tenho um sobrinho que trabalha comigo, que é advogado, e que muitas vezes eu já tive situações da pessoa querer o homem e não querer a mulher, então isso infelizmente acontece”.

Em contrapartida, outra entrevistada não citou os enfrentamentos atuais que ainda fazem parte da vida das mulheres, nesse momento da entrevista, e se disse muito realizada em todos os sentidos, tanto na transformação pessoal quanto na transformação de outras pessoas. Afirma que “eu consigo usar hoje a minha profissão, meu aprendizado pra influenciar positivamente outras pessoas e todos os gêneros”. É possível verificar, portanto, a relevância do empoderamento para que esta entrevistada conquistasse os objetivos desejados. Como trabalhado anteriormente, a Cartilha da ONU apresenta um conceito de empoderamento, o qual contém um trecho de direta relação com o relato da entrevistada: “A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento” (CARTILHA, 2017, p.21). Finalizando a entrevista, as mulheres deveriam responder a seguinte questão: no século XX os direitos civis e a cidadania formal foram reconhecidos, direito ao voto etc. Essa emancipação jurídica resolve os problemas referentes às questões da posição da mulher nos âmbitos jurídicos?

Uma das entrevistadas respondeu que resolveu muito, mas, segundo sua opinião, chegou um ponto em que as mulheres acabaram perdendo muitas prerrogativas que tinham. Completou dizendo que a mulher, hoje, com “a ideia de querer ser uma supermulher e dar conta de tudo” está sendo prejudicial a ela, pois “ela tem que dar conta de casa, tem que dar conta dos filhos, tem que ser uma ótima profissional”. Para essa entrevistada, tivemos um avanço, mas agora estamos vivendo uma espécie de retrocesso. Em sua opinião, a mulher não pode abraçar tantas tarefas, tantas responsabilidades, para ela não “pirar”.

Essa opinião está diretamente ligada com uma das conclusões que a autora Josênia chegou, em seu texto “A identidade da mulher na modernidade”, ao fazer uma crítica ao feminismo por afirmar que a luta feminista não está favorecendo as mulheres, mas prejudicando-as. A autora alega que trabalhar com as mesmas funções e com a mesma jornada de trabalho que o sexo masculino é um fardo a mais que as mulheres carregam,

pois além disso, trabalha no lar, tendo, assim, uma dupla jornada de trabalho (VIEIRA, 2005).

Em um trecho de seu texto, Simone de Beauvoir afirma o que ela pensa que seria o desejo das mulheres e que, através dessa análise, se percebeu ser o desejo de uma das entrevistadas: o desejo de que conciliar a vida familiar com a vida profissional não exigissem das mulheres acrobacias desesperadas (BEAUVOIR, 1970).

Outra entrevistada, sobre a mesma pergunta, respondeu que os avanços de direitos civis e cidadania ajudou muito a mulher nos âmbitos jurídicos. Afirmou que tivemos um avanço muito grande até os dias atuais. Entretanto ressaltou que estamos longe de conseguirmos o que desejamos e que é de direito. Para ela, as pessoas hoje vêm confundindo as lutas das mulheres com feminismo, porém “nós estamos buscando um destaque de respeito, só isso, não queremos lugar de homem, não queremos igualdade masculina com feminino. Nós queremos respeito para podermos fazer o que nós sabemos fazer”.

Através da última pergunta, pode se perceber que as entrevistadas comungam da mesma opinião ao afirmar que ainda existem direitos e possibilidades e serem alcançados pelas mulheres e que, mesmo com os avanços e com as vitórias obtidas, ainda é desafiador ser mulher. Essa opinião está ligada ao pensamento de Beauvoir, abordado anteriormente no presente trabalho, em seu livro “O Segundo Sexo”. A autora afirma que as mulheres só serão livres e terão seus direitos, se os homens assumirem sua parcela de culpa na opressão dessas mulheres (BEAUVOIR, 1970). A autora ainda completa com uma frase, que aparentemente resume e conecta os pensamentos das entrevistadas, na qual assegura que a mulher será um ser humano pleno a partir do momento em que for quebrada a escravidão que lhe foi imposta e que ela possa viver por ela e para ela (BEAUVOIR, 1970).

Conclusões

Ao longo da execução do trabalho tiveram algumas dificuldades que, em tese, nos prejudicariam a chegar a uma conclusão generalizada que comprovaria a hipótese de que o curso de Direito é capaz de empoderar e ressignificar a identidade das mulheres que estão inseridas em seu meio.

A maior dificuldade que tivemos foi quanto às entrevistadas. O recorte idealizado pelo projeto dificultou que encontrássemos mulheres com a faixa etária compatível com o que estávamos buscando. Além disso, algumas mulheres, que se encaixariam nos períodos de graduação escolhidos, por terem uma vida corrida ou profissões que demandam muito de seu tempo, não puderam ou não quiseram participar da presente pesquisa.

Apesar de tais fatores, concluímos esta pesquisa com o pensamento consolidado de que o Direito, assim como outros fatores, cursos e experiências de vida, empoderam a mulher. É necessário ressaltar que esse empoderamento e ressignificação da identidade, por meio do curso de Direito, foram antes de mais nada, hipóteses empíricas. Sendo assim, ao coletar os dados para a investigação e analisá-los foi possível a afirmação da ideia inicial.

Com este trabalho de pesquisa, foi possível alcançar os objetivos desejados, o que viabilizou uma contribuição para a discussão sobre a compreensão de fatores que, ao longo da história da humanidade, demonstraram como as civilizações impuseram

uma posição social de inferioridade às mulheres e como essas, por meio de muitas batalhas, vêm conquistando o seu espaço na sociedade.

É evidente que o Direito, durante décadas, era um ambiente majoritariamente masculino, entretanto, com a validação de alguns direitos da mulher, este fato está se tornando, aos poucos, uma lembrança do passado, tendo em vista que, em algumas faculdades, as mulheres são a maioria dos graduandos no curso de Direito.

Através das falas dessas mulheres, que formaram em tempos diferentes dos atuais, é fato que vivenciaram desafios maiores dos que as mulheres graduandas vivenciam hoje em dia. Entretanto, os desejos, as vontades e algumas dificuldades permanecem as mesmas. Para reverter tal afirmação, é necessário se voltar para o pensamento compartilhado entre os autores abordados no presente trabalho. Ainda há um longo trabalho de desconstrução do machismo historicamente opressor para que, enfim, as mulheres sejam, verdadeiramente, livres.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2019.

CARVALHO, Maria José de. **Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores**. Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima. 2017. 122 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2006.

ONU Mulheres Brasil e a Rede Brasil do Pacto Global. **Princípios de empoderamento das mulheres**. Disponível em:<
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Josenia Antunes. “**A identidade da mulher na modernidade**”. In: MAGALHÃES, Isabel; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). DELTA. São Paulo, v. 21, Especial, 2005.

Agradecimentos: Agradecemos ao PIBIC Unilavras pelo incentivo à pesquisa, como também pela bolsa concedida a estudante da iniciação científica.